

HISTÓRIA E LITERATURA: LIMITES E POSSIBILIDADES DO USO DA LITERATURA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA

*João Pedro Rodrigues do Carmo**

*Paulo Cesar Soares de Oliveira***

RESUMO: O presente trabalho buscou investigar a relação entre história e literatura e seu uso nas aulas no processo ensino aprendizagem de história. Desse modo, tem-se como objetivo discutir o surgimento da História enquanto Ciência Humana e o surgimento do conceito de fonte e documento histórico. Partindo dessa perspectiva, buscou-se observar o desenvolvimento da História e os impactos da nova história. Nesse sentido, observou-se que a teoria estruturalista amplia o conceito de fonte e documento histórico, incorporando novos sujeitos, perspectivas, fontes e documentos históricos. Por causa disso, a literatura torna-se demasiadamente importante, pois permite compreender aspectos da realidade social a partir da perspectiva dos próprios atores sociais. Com base nisso, pode-se observar que a literatura permite compreender diversos aspectos da realidade social, para além de uma perspectiva reducionista, ou seja, que trata a literatura apenas como ficção. No entanto, a distinção entre realidade e ficção precisa ser traçada de modo que permita uma compreensão maior da realidade e possibilite observar as particularidades e singularidades dos aspectos ficcionais.

PALAVRAS-CHAVE: História. Literatura. Educação.

INTRODUÇÃO

Tratar de uma relação entre história e literatura apresenta diversas questões. Ao longo do desenvolvimento da humanidade, os indivíduos criaram novas e diversas formas de manifestação artística. A literatura surge como forma de distração da realidade social, apresentando como possibilidade uma observação. Desse modo, durante a construção da História enquanto Ciência Humana, no século

* Formando do 6º período noturno do curso de Licenciatura em História do Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser, no semestre letivo 2019/2.

** Doutorando em Educação (PUC-GO), Mestre em Educação (UFG), graduado em História (UFG), professor e intérprete de LIBRAS (PROLIBRAS). Professor efetivo de LIBRAS/ História da SEDUC-GO, professor redator formador MEC-BNCC. Na Faculdade Alfredo Nasser-UNIFAN atua como Professor de LIBRAS/ História nos cursos de Pedagogia, Letras, História e Medicina. Além de ministrar as disciplinas de História da Educação e de Sociologia da Educação no Curso de Pedagogia e de História Antiga e Brasil Contemporânea e pesquisa em História.

XIX, a literatura foi deixada de lado no desenvolvimento do conceito de documento. Nesse sentido, diversos aspectos da realidade social foram deixados em segundo plano na construção da ideia das fontes históricas.

Com base nisso, os historiadores focaram na história dos “vencedores” e das classes dominantes, dos reis e do clero. Por causa disso, o conceito de documento histórico nesse período ficou restrito as fontes estatais, relegando a segundo plano uma análise da história através de outros sujeitos. Desta maneira, a partir da Nova História a história ganhou novos e maiores horizontes. Dentro disso, surgem novas fontes históricas e o conceito de documento histórico é reformulado e ampliando. Dessa forma, a literatura ganha lugar enquanto fonte, pois possibilita vislumbrar aspectos da realidade social e histórica a partir dos textos literários.

Nesse sentido, o presente estudo bibliográfico busca investigar a relação entre história e literatura, seu uso nas aulas de história e os limites e as possibilidades que incorrem neste processo. Desse modo, inicia-se por uma discussão a respeito do conceito de documento e fonte histórica na construção da História enquanto Ciência Humana. Posteriormente, discute-se a ampliação dos conceitos de fonte e documento histórico, as novas possibilidades teóricas e objetos e os fundamentados na Nova História a partir do início do século XX. Depois disso, observa-se a relação entre história e literatura, bem como os limites e as possibilidades do uso da literatura nas aulas de história. Por fim, conclui-se que a literatura pode ser usada como fonte histórica, pois demonstra de forma singular aspectos da realidade social. Por outro lado, observa-se como limitador a distinção entre aspectos da realidade e da ficção e a construção de análises que auxiliem na análise destes dois aspectos da literatura.

Dessa maneira, o presente estudo bibliográfico busca identificar a relação entre história e literatura e os limites e possibilidades do uso da literatura nas aulas de história. Nesse sentido, recorre-se ao levantamento bibliográfico buscando, sobretudo, empreender uma análise que permita observar o desenvolvimento da história enquanto Ciência Humana e o conceito de fonte e documento histórico empregado ao longo de seu desenvolvimento. Nesse sentido, inicia-se pelo levantamento bibliográfico. Posteriormente, encontra-se a fase de análise dos dados objetivos. Por fim, apresenta-se as conclusões obtidas no decorrer da pesquisa.

1. O POSITIVISMO HISTÓRICO E A ERUDIÇÃO DA HISTÓRIA NO SÉCULO XIX

Nessa sessão analisaremos a relação entre a construção da história enquanto Ciência Humana, o processo de institucionalização e a análise temporal que as escolas históricas e os historiadores acerca da compreensão e do uso dos documentos. Com base nisso, parte-se de uma análise acerca do positivismo e sua influência na história para que, posteriormente, empreenda uma análise da influência do estruturalismo¹ para a Nova História.

A história para os positivistas deveria ser uma narrativa dos acontecimentos, sendo assim uma história objetiva. Os historiadores deveriam apresentar aos leitores os fatos ocorridos, esses fatos eram captados dos documentos e os documentos pertenciam a um Estado ou instituições oficiais. Esses elementos foram essenciais para a erudição da História no século XIX.

A erudição da história consolidou-se primeiramente na Europa em países como Inglaterra, França, Prússia e Itália. Le Goff² (2013 p. 122) aponta que, “o grande centro, o farol, o modelo da história erudita no século XIX, foi a Prússia” criando instituições e coleções de prestígio, fortificando laços entre a erudição e o ensino, formação de seminários e investigação histórica.

A erudição prussiana contagiou estudiosos europeus. Entre os principais nomes do positivismo está o de Leopold Von Ranke³, historiador alemão do século XIX, que definia a história como história factual, ou seja, o historiador deve analisar a História do jeito que ela aconteceu deveria “contar os fatos tais como eles se deram”.

A erudição Alemã também acaba por ter grande influência na historiografia positivista francesa do século XIX. Com a ascensão do positivismo nas Ciências Humanas, a História deu seus primeiros passos como ciência no século XIX, período de grande avanço científico para todas as áreas do conhecimento humano. Os

¹ O estruturalismo é uma teoria que parte da linguística, das estruturas da linguagem, tendo como objetivo observar aspectos estruturais e estruturantes da sociedade, tais como a família, o estado, a cultura, a política e etc (LÉVI-STRAUSS, 2008).

² Jacques Le Goff é um historiador francês da terceira Escola das Análises. O autor buscou discutir e apresentar a História em correlação com a Antropologia (SILVA; SILVA, 2016).

³ Leopold Von Ranke é um historiador alemão, nasceu em 1795 e faleceu em 1886. cursou os estudos universitários na universidade de Leipzig. O autor desenvolve um método histórico que se contrapõe a filosofia da história de Hegel, sua influência se dá através de suas perspectivas acerca do trabalho do historiador e a forma com que lida com as fontes. Ranke possui diversos livros sobre temáticas diversas dentro do campo da História (CUNHA, 2018).

profissionais das Ciências Humanas neste período precisavam fazer com que a história ganhasse o *status* e a legitimidade de ciência como o das ciências da Natureza e Exatas. A história passou a ser profissionalizada, e os historiadores os seus profissionais, segundo Peter Burke⁴ (1992 p. 16)

A História rankeana era o território dos profissionais. O século XIX foi a época em que a história se tornou profissionalizada, como seus departamentos nas universidades e suas publicações específicas, como a *Historische Zeitschrift* e a *English Historical Review*.

Desta forma, o domínio das análises históricas passa a migrar dos antiquários e das mãos dos armadores⁵ para se transformar em ciência, ganhando cientistas próprios, departamentos, salas, debates e publicações. Le Goff (2013 p. 121) também aponta para essa profissionalização da história que “em 1834, o historiador Guizot, então ministro, instituiu um comitê de trabalhos históricos, encarregado de publicar uma coleção de Documentos Inéditos Sobre a Sociedade da França”.

O surgimento da história enquanto ciência se deu a partir da importância dos governos europeus que buscavam criar uma identidade nacional, devido a mudanças territoriais europeias e os processos de unificações e surgimentos de países e nações. Os governos começaram a abrir espaço para os historiadores que auxiliariam a gerir, identificar e cristalizar estas identidades nacionais.

Le Goff (2013) observa que a sociedade francesa na segunda metade do século XIX também estava na busca desta unidade nacional e identitária. Demandando de intelectuais das ciências diversas se envolverem neste movimento. A história, mesmo sendo nova no espaço acadêmico daquele período, teve seu reconhecimento. Le Goff (ibid, p. 121) aponta que “daquele momento em diante passa a existir uma “armadura” defensora da história: cadeiras de faculdade, centros universitários, sociedades culturais, coleção de documentos, bibliotecas, revistas”.

A formação da história enquanto ciência deu-se a partir de análise restrita do conceito e da definição do que seja documento legitimamente histórico. Pois, os documentos oficiais tinham a função de legitimar os fatos históricos pesquisados. A

⁴ Peter Burke é um historiador inglês e professor de história das ideias no *School of European Studies*.

⁵ Nesse contexto, os armadores são historiadores que não eram historiadores profissionais, pois o conceito de historiador, institucionalizado, não era aplicado a esses indivíduos devido ao campo da historiografia estar se fortificando justamente neste período (BURKER, 2001).

história para os “tradicionalistas⁶” era baseada somente nessa perspectiva, como aponta Peter Burkler (2001 p. 13) sobre a perspectiva positivista.

[...] segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos. Uma das grandes contribuições de Ranke foi a exposição das limitações das fontes de narrativas vamos chama-las de crônicas – e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registro oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos.

Para os historiadores deste período, a análise de um fato histórico deveria ser realizado somente a partir de fontes escritas, não só escritas, mas o documento deveria ter valor oficial, governamental ou institucional. Os historiadores, enquanto pesquisadores no século XIX privilegiaram a escrita oficial e documental como pontua Le Goff (2013 p. 104) “A ideia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita levava a privilegiar os documentos escritos”. Os historiadores do século XIX e início do século XX compreendiam que o uso da escrita documental e oficial era extremamente importante para o ofício do historiador, e acabavam por desprezar as outras fontes escritas como livros diversos, literatura e produções diversas manuscritas ou impressas.

Bloch⁷ (2001 p. 95) ao criticar esta estrita e rigorosa escolhas e seleção das fontes e dos documentos salienta que “Os documentos manejados pelos eruditos eram, na maioria das vezes, escritos que se apresentavam por si só ou que eram apresentados, tradicionalmente, como de um autor ou época dados; que contavam deliberadamente estes ou aqueles acontecimentos”. Os documentos oficiais eram vistos como a verdade para os positivistas.

Os historiadores tradicionalistas estudavam a história factual, dos fatos importantes para a humanidade, as conquistas e os feitos dos grandes homens. Como aponta Peter Burke (1992 p.10)

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. Na ousada frase Vitoriana de Sir John Seeley, Catedrático de História em Cambridge, “História é a política passada: política é a história presente”. A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional.

⁶ O campo tradicionalista remete a perspectiva da história tradicionalista. Esse campo tinha por objetivo compreender apenas uma perspectiva da história, ou seja, a história das classes dominantes.

⁷ Marc Léopold Beijamim Bloch foi um historiador francês do começo do século XX e participou da fundação e da escola dos Annales. Seu livro póstumo “Apologia da História” será utilizado neste trabalho juntamente com Peter Buker, irão fundamentar a meta- história dos últimos séculos estudados nesta pesquisa.

A história positivista estava preocupada, principalmente, com os acontecimentos políticos, relacionados ao Estado, considerando importantes os feitos políticos, bélicos e eclesiásticos da humanidade.

As principais potências europeias do século XIX consolidaram-se como centros de pesquisa, e a história não poderia perder o trem do progresso. A história deveria se endurecer quanto ciência e buscava na construção da história nacional e internacional a sua legitimidade científica. O que legitimava o fato histórico era o documento, em contrapartida o material produzido pelos profissionais da História dava força e significado ao legado nacional. Esta ligação com a história factual era uma história vista de cima. Como aponta Peter Burke a história dos positivistas (1992 p.12) “oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”.

A historiografia tradicionalista focava na história dos vencedores, das figuras importantes, das classes dominantes, dos governantes, das guerras e conflitos, instituições religiosas, nas leis, na família, na educação e no Estado. O discurso de um estadista, uma carta de um general, os planos sobre uma determinada empreitada comercial ou uma tomada de decisão pela igreja católica, eram o que tinha relevância. Tudo que transformava a nível nacional ou internacional e era documentado, ou que continham escritos sobre a classe dominante era material de estudo para a historiografia. Para os historiadores rankeanos⁸, a história era a história dos vencedores. Le Goff (2013 p. 104) também comenta sobre a perspectiva dos positivistas.

Durante muito tempo, os historiadores pensaram que os verdadeiros documentos históricos eram os que esclareciam a parte da história dos homens digna de ser conservada, transmitida e estudada: a história dos grandes acontecimentos (vida dos grandes homens, acontecimentos militares e diplomáticos, batalhas e tratados), a história política e institucional.

Nesse sentido, pode-se compreender a história tradicionalista e a importância do documento para a cientificidade e solidificação do campo da história. Com o decorrer do tempo a historiografia foi se estruturando numa nova perspectiva de

⁸ De acordo com Peter Burke (1992 p. 10) “Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “historia rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-1886), embora este tivesse menos limitado por ele que seus seguidores (assim como Marx não era marxista, Ranke não era um rankeano)”.

pesquisa, o campo tradicionalista dos documentos oficiais não sustentava as indagações dos historiadores e um novo movimento começou a surgir no século XX.

2. O CULTURALISMO E A HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XX: NOVAS POSSIBILIDADES DE ESTUDO

Durante mais de 2500 anos, a história era fundamentada na narrativa dos vencedores, das genealogias das classes dominantes. Por outro lado, uma análise da realidade social sob o ponto de vista daqueles que a vivenciavam pediam para serem analisadas. Esse processo sofreu enormes mudanças ao longo dos anos, sendo recriado e resignificado diversas vezes (REIS, 2008).

Desse modo, observa-se no início do século XX o surgimento de novas correntes historiográficas. Pois, o pensamento historiográfico acompanha o desenvolvimento social e político da humanidade, não sendo isento das suas influências e acabam também por influenciá-los. É neste momento que a literatura ganha lugar e possibilidades de auxílio para o ofício do historiador.

No século XX, as perguntas sobre a história humana necessitavam de novas respostas. A história não era só a dos vencedores, também uma história que explicasse as questões e anseios dos vencidos, das mulheres, da cultura e do povo oprimido e comum. Além das demais demandas da história temática e dos temas sensíveis e urgentes da contemporaneidade que começam a ganhar destaque a partir do século passado. Nesse período o historicismo⁹ e o positivismo entraram em combate¹⁰, com um movimento que se inicia com a interdisciplinaridade de campos do saber como o estruturalismo¹¹ histórico que começa a ganhar forma neste período conturbado da história e passa a influenciar as Ciências Humanas.

Para Lília Moritz Schwarcz¹² (2001 p. 9) a história era “à versão da época, que definia o passado como rígido, que ninguém altera ou modifica” está afirmação feita

⁹ Historicismo é um movimento que compreende os indivíduos e as comunidades a partir de diversos aspectos sociais (cultura, política, economia etc).

¹⁰ O principal embate entre historicistas e positivistas se dava em relação a uso de metodologias das ciências humanas para a construção de análises das ciências humanas (BURKE, 1992).

¹¹ O estruturalismo é uma corrente teórica e metodológica das ciências humanas inspiradas na linguística que analisa a realidade social a partir de um conjunto de elementos e relações estruturais.

¹² Lília Moritz Schwarcz é uma antropóloga e historiadora brasileira, nascida em São Paulo em 1957. A produção científica de Lília compreende aspectos da literatura, da história contemporânea e do culturalismo.

pelos positivistas é correta, contudo a história pode ser analisada por diferentes lados, e um mesmo fato pode ter várias interpretações.

Marc Bloch e Lucien Feberv¹³, como alguns autores que já consideravam outros tipos de história, como aponta Peter Burke ao mencionar que em 1860 o estudioso Jacob Burckhardt¹⁴ já considerava a história cultural como linha de estudo.

Em 1860, o estudioso suíço Jacob Burckhardt que publicou um estudo de *The Civilization of the Renaissance in Italy*, concentrando na história cultural e descrevendo mais as tendências do que narrando os acontecimentos (BURKE, 1992 p. 18).

Mas, foi somente em 1939, com a fundação da revista *Escola das Análises*,¹⁵ que a história estrutural ganhou força. Chamada de Nova História, contrapondo-se a história rankeana do século XIX. Enquanto a história positivista se preocupava com os fatos e os documentos ligados à política, Marc Bloch e os demais pensadores viam que tudo estava conectado ou tudo tinha uma história. Por mais que as mulheres não estivessem presentes em determinada tomada de decisão, as mulheres participavam da sociedade. Bloch (2001 p. 79) acreditava que tudo produzido pelo homem era testemunho de sua existência. “A diversidade dos testemunhos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fábrica, tudo pode e deve informar sobre ele”.

Marc Bloch (2001) criticava bastante a história positivista e a centralidade ao documento, um documento poderia ser falsificado ou poderia ser tendencioso, porém para os estruturalistas até o documento falso se torna fonte histórica. Com esta nova visão historiográfica as fontes e os fatos assumiram importância.

O estruturalismo é uma corrente fundamental para as Ciências Humanas modernas. O pensamento estrutural tornou possível a compreensão da realidade social a partir de diversas óticas, possibilitando aos agentes sociais uma compreensão de si no decorrer do processo histórico. Para além disso, trouxe a

¹³ Lucien Paul Victor Feberv (1878-1956) foi um historiador francês e co-fundador da *Escolas das Análises*.

¹⁴ Jacob Christoph Burckhardt (1818-1897) foi um historiador da arte e da cultura, professor de história na Universidade de Basileia e em Zurique.

¹⁵ A *Escola das Análises* (*École des Annales*) é um movimento historiográfico que surge no século XX na França, fundado por Lucien Febvre e Marc Bloch. Foi um movimento demasiadamente importante, pois criou as bases para a construção de uma história que se volte a estudar temáticas antes nunca estudadas e/ou abordadas.

possibilidade de compreender a história sob uma ótica prima, fundada na construção de narrativas próprias e representadas (REIS, 2008)¹⁶.

Nesse sentido, o papel do historiador ganhou um novo significado e igualmente seu objeto de pesquisa ampliou-se de forma significativa. Após o término da segunda grande guerra, o pensamento social ampliou-se de forma significativa, novas teorias, estruturas metodológicas e perspectivas surgem no cenário político e social. Estas novas abordagens trouxeram como possibilidade a compreensão da história em diversas matrizes e óticas. A partir disso, encontra uma base de desenvolvimento, pois a partir da incorporação da estrutura linguística, a teoria estruturalista consegue abarcar uma totalidade de relações que não são necessariamente hegemônicas (PORTELLI, 2010)¹⁷.

Desde modo, o papel do historiador encontra-se com novas perspectivas e novas abordagens históricas. De acordo com Le Goff (2013 p. 105)

Na atual renovação da ciência histórica – que se acelera, ao menos na sua difusão (o incremento essencial veio com a revista dos *Annales*, fundada por Bloch e Febvre em 1929) -, uma nova concepção do tempo histórico desempenha um papel importante. A história seria feita segundo ritmos diferentes e a tarefa do historiador seria, primordialmente, reconhecer tais ritmos.

Dessa forma, Le Goff (2013 p. 13) observa que

A crítica da noção de fato histórico tem, além disso, provocado o reconhecimento de “realidades” históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores. Junto a história à história política, à história econômica e social, à história cultura, nasceu uma história das representações.

Nesse sentido que ocorre a ideia de uma “nova história” ou “história estrutural” principalmente para o que ficou conhecido como a primeira geração dos *Annales*. Dentro disso, a Escola das Análises torna-se demasiadamente significativa, pois através de seus estudos, de uma nova compreensão dos sujeitos e agentes sociais, das estruturas e das relações, uma nova abordagem tornou-se possível.

De acordo com Burke (1992 p. 10)

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em

¹⁶ José Carlos Reis é professor do departamento de história da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador de temáticas relacionadas à metodologia da história e história moderna.

¹⁷ Alessando Portelli é professor do departamento de história da Universidade La Sapienza, em Roma. Pesquisa Estruturalismo, *Écolle des annales* e a relação entre história e estruturalismo.

circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn [...]. Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assimilar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre varias abordagens

Conforme o autor observa, um movimento de busca por fontes que representassem a “história dos debaixo”, uma história que estivesse desassociada da linha tradicionalista que, com o auxílio da etnologia, possibilitou a ampliação do conceito de fonte histórica. Nesse sentido, trouxe-se como possibilidade a investigação dos fenômenos sociais a partir de documentos que não são, necessariamente, documentos vinculados ao Estado.

A literatura surge enquanto documento histórico, trazendo panoramas e perspectivas dos agentes sociais em seu processo de vida. Por causa disso, a literatura passa a ser compreendida e aceita como fonte histórica com aporte a análise e crítica de fatos históricos. Colocando novas perspectivas e observações a respeito da realidade social que não implica necessariamente na análise de documentos oficiais.

3. A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA E SEU USO NO ENSINO APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA

Como fora discutido nas sessões anteriores, a historiografia surge e se desenvolve ao longo da história da humanidade. O uso dos documentos, a construção de um conceito a respeito daquilo que é compreendido enquanto tal, os atores e sujeitos históricos e, fundamentalmente, a construção da história enquanto ciência humana.

Dessa maneira, o conceito de documento histórico foi sendo ressignificado, incorporando outros recursos e materiais como fonte histórica. Com base nisso, a literatura, a fotografia e, até mesmo, a estatística surge como recurso de investigação histórica. Segundo Bittencourt¹⁸

Os estudos de textos literários têm assim como objetivo não apenas desenvolver “o gosto pela leitura” entre os alunos, mas também fornecer condições de análises mais profundas para o estabelecimento de relações

¹⁸ Circe Maria Fernandes Bittencourt é uma historiadora brasileira formada em história pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor pós-graduação da Faculdade de Educação da USP e da Pontifícia Universidade Católica - SP. Possui pesquisa nas áreas de Educação e História e Metodologia da História.

entre conteúdo e forma. As contribuições de vários pesquisadores da literatura e sua história têm possibilitado abordagens mais complexas que merecer ser introduzidas pelos professores de história (BITTENCOURT, 2008 p. 341)

Com base nisso, Pesavento¹⁹ (2006 p. 2) observa a respeito da relação entre literatura e história:

Para enfrentar esta aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte [...] Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam.

Nesse interim, a literatura torna-se fonte histórica na medida em que os indivíduos não estão dissociados do contexto social em que vivem, durante o processo de escrita ou leitura de uma obra literária. A literatura apresenta-se como fonte histórica na medida em que permite uma compreensão da realidade social, das modas, dos conflitos, dos valores morais, das perspectivas políticas e ideológicas e etc.

A respeito dessa relação, Pesavento (2003 p. 33) compreende que:

Ainda como desdobramento desta compreensão da História que a aproxima da Literatura, temos o entendimento de que ambas as narrativas realizam a configuração de um tempo. Seja este o que se passou, no caso da História, ou que poderia ter se passado, mas que realmente se passa, para a voz narrativa da Literatura, este tempo se constrói como uma nova temporalidade, nem presente nem passado, mas que ocupa o lugar do passado e, no caso da História, a ele se substitui. É este presente da escrita que inventa um passado ou constrói um futuro, para melhor explicar-se. Nesta medida, o momento da feitura do texto torna-se essencial para o entendimento das ações narradas, sejam elas acontecidas ou não.

Com base nisso, a literatura, embora transpareça uma análise da realidade de forma ficcionada, possibilita uma experimentação do real, do contexto histórico, mesmo que este esteja inserido em gêneros literários como o futurismo, o surrealismo e etc. O que torna fundante essa relação é o fato dela estar calcada em experiências reais, que exprimem perspectivas e relações sociais concretas.

Mas, sem sombra de dúvida, o exercício ficcional de escrita da História encontra limites, se formos considerá-lo com relação àquele que preside a escrita da Literatura. Estes limites se dão, por um lado, pela exigência deste acontecido, ou de que os personagens e fatos sejam reais. Nesta medida, a

¹⁹ Sandra Jatahy Pesavento (1945-2009) foi professora, historiadora pesquisadora e escritora brasileira. Formada em história, Pesavento interessou-se pelo estudo da relação entre história e literatura, Educação e História do Brasil.

História coloca reticências a uma postura tal como a de Hayden White, que leva muito longe a dimensão desta imaginação histórica, ou a de Roland Barthes, quando afirma que nada existe fora do discurso. Sim, a realidade é apreendida pela linguagem e nesta encontra significado, mas o imaginário pressupõe o real como referente (PESAVENTO, 2003 p. 35).

Em consonância, a literatura enquanto fonte história apresenta certos limites, uma compreensão da realidade histórica a partir da literatura parte de uma análise objetiva, que busca investigar mecanismos e aspectos da realidade histórica. Torna-se demasiadamente importante observar que o uso da literatura como fonte histórica é importante, pois permite observar aspectos da realidade histórica sob a ótica dos indivíduos que a experimentam. Para além dos documentos oficiais, a literatura como fonte histórica traz como possibilidade uma investigação profunda da realidade social.

Com base na discussão anterior, a literatura permite observar a realidade social a partir dos indivíduos, das classes ou grupos sociais que a experimentam. Por causa disso, a literatura torna-se fonte histórica, permitindo uma análise lúdica e, ao mesmo tempo, concreta da realidade.

Desse modo, Chartie (2002)²⁰ observa que a literatura, ao longo do desenvolvimento da história humana, foi um recurso fundamental de informação e comunicação. O autor observa que a partir da difusão da literatura, foi possível que indivíduos de espaços distintos tivessem acesso a informação. O autor destaca que, por exemplo, a literatura de cordel tornou possível que indivíduos que residiam em regiões distantes, tivessem acesso aos conflitos, a informações e, fundamentalmente, aos fatos históricos (CHARTIE, 2002).

Outro autor que também consegue fazer esta ligação é Barros (2005 p. 128) que observa:

A leitura, enfim, é prática criadora – tão importante quanto o gesto da escritura do livro. Pode-se dizer, ainda, que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira – isto de acordo com os seus âmbitos de “competência textual” e com as suas especificidades (inclusive a sua capacidade de comparar o texto com outros que leu e que podem não ter sido previstos ou sequer conhecidos pelo autor do texto original que está se prestando à leitura).

Pesavento (2003 p. 38), por sua vez, pontua que:

²⁰ Roger Chartier é um historiador francês vinculado a *École des Annales*. Pesquisa áreas como a história do livro, da edição e da leitura.

[...] a narrativa histórica comporta e mesmo exhibe elementos de historicidade que devem conduzir o leitor a uma realidade extratextual, diz Pomian, mas que só pode ser acessada pelo trabalho de imaginação, principiado pelo texto e completado pela leitura. Leitores de História, em princípio, busca saber como foi, ou mais ainda, a verdade do que foi. Mesmo porque, consagradamente, pesa sobre o historiador o papel de desempenhar a fala autorizada sobre o passado. Mas, mesmo detendo esta autoridade da fala, o historiador se vale dos recursos da linguagem, do esforço retórico do convencimento, das evidências de pesquisa.

O uso de obras literárias nas aulas de história permite o desenvolvimento do senso crítico e de uma observação criativa acerca da realidade social. A literatura possibilita que os indivíduos compreendam aspectos de determinados momentos históricos tendo como base uma análise que está diretamente centrada nas experiências e na observação participante, mesmo que esta não seja objetivo central da obra.

Como vimos, a literatura é uma forma de experimentação da realidade social. Embora exista uma perspectiva de que a literatura seja apenas uma forma de observação ficcionada da realidade, ela apresenta uma vasta gama de questões que tornam possível uma compreensão da realidade social, tridimensional, possibilitando conectar de passado, presente e futuro. Esse processo pode ser compreendido devido aos indivíduos estarem inseridos em determinados contextos, carregam aspectos políticos, sociais e culturais.

Dessa maneira, a literatura assume importância nas aulas de história, pois permite vislumbrar aspectos da realidade social para além dos documentos. De acordo com Rezende (2010, p. 98)²¹

Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo.

Fonseca²² (2009 p. 122) observa que:

A metodologia de projetos pressupõe a busca de outra concepção pedagógica, de outra perspectiva no ato de planejar e ensinar. Possui uma

²¹ Valdeci Rezende Borges é professor da Universidade Federal de Catalão (Goiás). Vinculado ao Departamento de História, possui pesquisas relacionadas a linguagem, literatura e história, representações sociais e memória.

²² Selva Guimarães Fonseca é licenciada em Estudos Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIUBE - Universidade de Uberaba. Pesquisa Metodologias da História, Educação e Literatura.

característica socializadora, na medida em que se trata de uma produção coletiva, que pressupõe a ação de grupo. O aluno assume um outro papel no processo de ensino e aprendizagem: deixa de ser submisso, passando a exercer um papel ativo. Ele constrói conhecimentos, desenvolve atividades, discute, participa, busca informações.

O uso da literatura nas aulas de história permite uma observação a partir de diversos cenários da realidade histórica. O auxílio da literatura permite os que alunos desenvolvam o senso crítico e exercitem a imaginação. Ela permite o desenvolvimento de novas formas de compreensão a respeito de determinados objetos, levando em consideração aspectos que tornam-se marginais numa análise dos documentos oficiais. Também permite uma observação que cõngrua aspectos relacionados à experimentação dos indivíduos e relações sociais, valores e perspectivas.

Pode-se observar que algumas obras literárias relacionam-se com as aulas de história bem mais perto do que outras.

Um exemplo disso é o livro “1984 de George Orwell”. Esta obra pode ser utilizada para demonstrar um panorama do desenvolvimento do nacionalismo ao longo do século XX. Outro exemplo é a obra de autoria do mesmo autor denominada “A revolução dos bichos”, que pode-se utilizado para demonstrar em outro prisma os conceitos de socialismo e comunismo e o que aconteceu no socialismo real a partir da Revolução Russa.

Um exemplo de uma obra que pertença à literatura nacional é o livro “Memórias póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis. Ele consegue, por meio da narrativa, demonstrar como pano de fundo o panorama das relações sociais e culturais no Império brasileiro do século XIX.

Podem-se observar diversas outras possibilidades de obras literárias que auxiliam nas aulas de história. A compreensão das obras literárias enquanto documentos e fontes história demonstram diversos contextos e perspectivas históricas. A literatura permite uma compreensão a respeito de diferentes perspectivas de um mesmo processo histórico. Mas, deve-se existir uma compreensão a respeito da divisão entre realidade e ficção para uma discussão mais aprofundada e que relacione estes dois aspectos.

No entanto, o uso da literatura demonstra não somente possibilidades, mas também, limites de aproximação com a história. Como limite, apresenta o cuidado do professor em não deixar que o estudante fique apenas na construção de uma

análise que se limite aos aspectos ficcionais da obra e não perceba sua real relação com o passado que se quer e pretende entender.

Desse modo, outro limitador verificado, trata-se da dificuldade em exigir dos estudantes uma leitura de extensas obras, muitas vezes de um Português arcaico e distante da realidade do estudante. A ausência de uma cultura de leitura nas escolas ou de um trabalho interdisciplinar entre as áreas não contribuem para o uso da literatura como ferramenta pedagógica no ensino de história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, pode-se observar que história tradicional interessava-se pelo estudo da realidade social a partir das instituições oficiais, tais como o Estado e a Igreja. Nesse sentido, as fontes históricas e os documentos oficiais eram, dessa forma, vinculados a essas instituições. Dentro disso, a construção da História enquanto Ciência Humana se deu através da construção de metodologias que se baseavam no Positivismo e numa compreensão dos fenômenos sociais a partir das ciências biológicas.

Nesse sentido, o conceito de documento e fonte histórica são largamente ampliados, colocando como possibilidade a análise da realidade histórica fora da estrutura do Estado. Dentro disso, os documentos e as fontes históricas colocam como estrutura metodológica a análise de diferentes pontos de vista, perspectivas, culturas e relações.

Por causa disso, a literatura surge como possibilidade de investigação histórica, trazendo impressões, costumes, conflitos, relações e dinâmicas sociais a partir dos textos literários. Dentro disso, os textos literários assumem importância, pois a partir desse gênero é possível ter contato com perspectivas e fenômenos históricos que não se limitam apenas a compreensão de documento tradicional.

Portanto, estabelecer uma relação entre história e literatura torna-se importante, pois coloca possibilidade uma compreensão dos fenômenos sociais a partir de diferentes óticas. Embora exista uma compreensão a respeito da literatura somente pelo seu lado ficcional, a literatura permite a compreensão de culturas, aspectos e fenômenos sociais que não estão somente ligadas a personagens, mas em todos os aspectos da vida social.

Através das obras literárias pode-se observar diversos aspectos da realidade social. Diante disso, a literatura nas aulas de história permite desenvolver uma cultura de leitura e o sendo crítico dos estudantes, levando-os a uma distinção entre aspectos da realidade e da ficção. Desse modo, encontra-se como aspecto limitador a construção de uma metodologia que busque relacionar estes aspectos e desenvolver um interesse maior pela literatura. Por causa disso, a presente investigação observou que a literatura pode auxiliar nas aulas de história, mas que a ausência de uma cultura de leitura torna-se o processo de aprendizado demasiadamente complexo.

ABSTRACT: The present work sought to investigate the relationship between history and literature and its use in history classes. Thus, the objective is to discuss the emergence of History as a Human Science and the emergence of the concept of source and historical document. From this perspective, we sought to observe the development of history and the impacts of structuralism. In this sense, it was observed that the structuralist theory expands the concept of source and historical document, incorporating new subjects, perspectives, sources and historical documents. Because of this, the literature becomes too important because it allows us to understand aspects of social reality from the perspective of the social actors themselves. Based on this, it can be observed that literature allows to observe various aspects of social reality, beyond a reductionist perspective, that is, that treats literature only as fiction. However, the use of literature presents as limiting the fact that there is no culture of reading in schools. In addition, the relationship between reality and fiction needs to be drawn in such a way as to allow a greater understanding of reality and to observe the particularities and singularities of the fictional aspects.

KEYWORDS: History and literature. Structuralism. Education.

REFERÊNCIAS

BARROS, José. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Dialogos**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: Fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter (org.). **A escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CHARTIE, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2ª Ed. Algés: Difel, 2002.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino em história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Anthropologie Structurale**. Paris: Plon, 1958.

_____. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Historia da educação**, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2003.

_____. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo mundo**, 2006.

Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>> Acesso em: 16 de Out. 2019.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

REIS, Jose Carlos. **Nouvelle Histoire e o tempo histórico**. São Paulo: Annablume, 2008.

REZENDE, Valdeci. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, v. 1, n. 3, 2010.

ROIZ, Diogo. A interpretação da “História total” no pensamento de Fernand Paul Braudel entre 1949 e 1958. **BIBLOS**, v. 23, n. 1, p. 185-217, mar. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1280/574>>. Acesso em: 17 out. 2019.

SCHWARCZ, Lilia. Apresentação á edição brasileira. In. BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.